

# SOBRE ARQUIVOS MÉDICOS BRASILEIROS

**Mariana Faustino dos Passos**

Mestranda em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela  
Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: mariana.passos@posgrad.ufsc.br

**Resumo:** A obra Arquivos médicos: contexto de produção do conhecimento e exercício da cidadania é dividida em nove capítulos, considerando o capítulo de introdução e conclusão, que versam sobre a construção do conhecimento em saúde por meio da pesquisa científica no Brasil. O autor contextualiza as questões acerca das fontes de informação em saúde no país, focando nos arquivos médicos custodiados por Hospitais Universitários Federais e na produção científica brasileira em saúde nos últimos anos. São tratados temas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua gestão e, o direito ao acesso e uso da informação contida nos arquivos médicos federais.

**Palavras-chave:** Arquivos Médicos. Prontuário. Sistema Único de Saúde -SUS.



## **Book review:**

**Obra resenhada:** SOMAVILLA, Raone. **Arquivos médicos:** contexto de produção do conhecimento e exercício da cidadania. Santa Maria: edição do autor, 2016.

O livro Arquivos Médicos (2016) é fruto da tese doutoral defendida por Raone Somavilla em 2015. O estudo, realizado na Universidade de Salamanca na Espanha, analisa questões relacionadas à construção do conhecimento em saúde por meio da pesquisa científica no Brasil. Para tanto, o autor contextualiza as questões acerca das fontes de informação em saúde no país, focando nos arquivos médicos custodiados por Hospitais Universitários Federais e na produção científica brasileira em saúde nos últimos anos. Temas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua gestão, o direito ao acesso e uso da informação contida nos arquivos médicos federais e a transparência do governo em fornecer essas informações possibilitam o exercício da cidadania pelos usuários desses arquivos, sendo alguns dos assuntos abordados para embasar a pesquisa.

No primeiro capítulo, o autor apresenta revisão de literatura acerca da saúde no Brasil, ressaltando a criação do SUS, pelo Ministério da Saúde (MS), como um grande avanço em termos de saúde pública no país. Segundo a pesquisa do próprio autor, o MS, anteriormente a criação do SUS, preocupava-se prioritariamente com questões relacionadas à prevenção de doenças, campanhas de vacinação e controle de endemias (SOMAVILLA, 2016).

Sabe-se que o SUS foi resultado da junção dos governos municipal, estadual e federal, em 1988, com a premissa de um atendimento com integralidade, universalidade e equidade, visto que o Brasil caminhava/caminha às margens de uma colonização brutal, proferida por colonizadores que pouco se importaram com a saúde pública brasileira. No século XIX, em 1808, com a vinda de D. João, foram instauradas as escolas de Medicina nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, mas somente em 1850, com a vinda da família real portuguesa, começou a se cogitar estruturas sanitárias para o país. (POLIGNANO, 2001; LIMA, 2002; MERCADANTE, 2002).

No início do século XX, a situação no Rio estava insustentável visto o acometimento da população pela febre amarela, peste, varíola e malária. Com o então diretor nomeado ao Departamento Federal de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, propostas de erradicação das doenças são sugeridas, abrindo portas para a criação do MS, época do Estado Novo, em 1953, o que fundamentou as origens do SUS tal qual tem-se no século XXI. (POLIGNANO, 2001).

Fundamentada a base da saúde no Brasil, no segundo capítulo, Somavilla (2016) explana aspectos referentes à informação e seu impacto social. Discussões acerca da tríade dado, informação e conhecimento são realizadas, assim como o direito fundamental do cidadão em deter acesso às informações contidas em arquivos médicos; visto que a gestão da informação documental deve zelar não somente pela preservação, mas também pela comunicação e disseminação, segundo argumentos do autor. A incorporação da Lei do Acesso à Informação à sociedade brasileira e a visão do acesso aos arquivos enquanto direito é nova, vide o processo descentralizado de desenvolvimento do país desde sua colonização. Medidas como a criação do Portal Transparência pelo Governo Federal são positivas, segundo o autor, por permitirem o acompanhamento das políticas e verba públicas até certo ponto.

O terceiro e quarto capítulo tratam da pesquisa científica e produção do conhecimento e dos arquivos médicos e dos sistemas de informação em saúde. Segundo os argumentos agrupados pelo autor (2016), a Gestão da Informação estrutura e subsidia a Gestão do Conhecimento, dotada do processamento cognitivo do indivíduo; e, aponta o arquivista como gestor do conhecimento, desde que aproveite oportunidades para compartilhar e socializar o conhecimento, repensando os aspectos tradicionais a respeito de acervos documentais físicos, superando a visão estática da profissão. Sugere práticas como a análise de redes sociais.

Somavilla (2016) embasa que os arquivos médicos têm o dever de garantir que o paciente seja bem assistido durante sua

estadia em hospitais, visto que são integrados à área administrativa da instituição e orientam o preenchimento correto dos prontuários pelas diversas equipes de profissionais. Esses arquivos permitem o controle dos prontuários, geração de relatórios e servem como fonte para fornecimento de dados que auxiliam tanto pesquisas científicas acadêmicas quanto trabalhos da equipe clínica do hospital. (SOMAVILLA, 2016).

No Brasil, as informações sobre saúde são tradicionalmente fragmentadas e não centralizadas, muitas vezes apresentando dados duplicados, sendo assim, entende-se que os prontuários dos pacientes são fonte principal de informação médica. Ainda, os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) englobam arquivos acerca de outros subsistemas como o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), subsidiado pelo Departamento de Informação do SUS (DATASUS), responsável pelo controle de indicadores em saúde no Brasil. (SOMAVILLA, 2016).

O quinto capítulo do livro explicita os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa, enquanto o sexto e sétimo capítulos apresentam os resultados, embasados na situação dos Arquivos Médicos em Hospitais Universitários Federais e na identificação e análise da produção científica brasileira na área da saúde. Sobre a análise dos dados dos arquivos médicos desses hospitais brasileiros, 11 hospitais-escola constituíram o *corpus* da pesquisa, grande parte destes criados no século XX, anos 70, com a reforma sanitária que fundamentou o SUS. Nesses 11, apenas três possuem arquivistas trabalhando na parte administrativa dos arquivos médicos. O autor justifica o número devido ao desconhecimento da profissão e da carência desses profissionais em determinadas regiões brasileiras. Nesses arquivos há uma média de 950000 prontuários por instituição, produzidos a partir da criação desses hospitais.

Entre alguns dos resultados, observou-se que na maioria dos hospitais o pesquisador não detém o direito de consultar os prontuários de pacientes sem o agendamento prévio, e ainda assim, há uma limitação da quantidade de arquivos consultados por dia. Os alunos de graduação e pós-graduação são os que mais pesquisam prontuários, com consultas predominantemente esporádicas. No entanto, há uma frequência de 28% dentre os estudantes que consultam esporadicamente. Esses alunos consultam entre um e dez prontuários por projeto de pesquisa, modalidade de trabalho em que mais se utiliza o prontuário do paciente como fonte de informação. A maioria das pesquisas realizadas é na área de epidemiologia e contam com o instrumento de coleta formulário em sua metodologia, em sua maioria com abordagens qualitativas.

Para a análise do perfil da produção científica brasileira em saúde, o autor considerou aspectos referentes à titulação dos autores, em sua maioria docentes e profissionais da saúde, que somam 72% da produção brasileira na área; idioma de publicação, com grande ocorrência em português, visto que são produções brasileiras. A maior parte das palavras-chave empregadas são termos genéricos como epidemiologia e saúde coletiva e, os sobre os locais de aplicação das pesquisas, a maioria dá-se nas regiões sul e sudeste do país.

Num panorama geral, o Brasil apresenta uma história evolutiva complexa e descentralizada. A criação do SUS foi um marco fundamental para o início de uma estruturação arquivística consistente na área da saúde. No entanto, ainda há muitas políticas públicas a serem organizadas para que os arquivos médicos se tornem mais acessíveis, incluindo o profissional arquivista como o protagonista essencial no processo de gestão.

Os prontuários de pacientes são fontes de informação ainda pouco exploradas cientificamente como um todo, devido à descentralização desses documentos. Nesse contexto, cabe a disponibilização dessa informação ao cidadão, para que este possa exercer de fato sua cidadania, estando ciente dos trâmites na área da saúde e seja ativo em seus direitos e deveres. Leitura recomendada para todos interessados em fontes de informação para saúde.

## REFERÊNCIAS

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, J. (Org.). **Caminhos da saúde no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 23-116.

MERCADANTE, Otávio Azevedo. Evolução das Políticas e do Sistema de Saúde no Brasil. In: FINKELMAN, J. (Org.). **Caminhos da saúde no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 235-314.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. **Cadernos do Internato Rural - Faculdade de Medicina/UFMG**, v. 35, 2001.

SOMAVILLA, Raone. **Arquivos médicos**: contexto de produção do conhecimento e exercício da cidadania. Santa Maria: edição do autor, 2016.

*Originais recebidos em: 25/04/2017*

*Aceito para publicação em: 26/06/2017*

*Publicado em: 30/06/2017*